

**HABEAS CORPUS Nº 493.655 - SC (2019/0044189-4)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FLÁVIA STRINGARI MACHADO - SC035072**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PACIENTE : CLAUDENILSON LERIA**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de CLAUDENILSON LERIA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina na Apelação Criminal n.º 0001663-44.2017.8.24.0066.

Ao que se tem dos autos, o Paciente foi condenado pelo Juízo de primeira instância às penas de 1 (um) ano e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime inicial aberto, e pagamento de 14 (quatorze) dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 171, *caput*, do Código Penal (fls. 456-469), em razão dos seguintes fatos narrados na denúncia (fls. 16-17):

*"No dia 22 de julho de 2017, em horário a ser apurado na instrução processual, na rua Coronel Bertaso, n. 1342, Centro, município de São Lourenço do Oeste, o denunciado Claudenilson Leria compareceu ao estabelecimento comercial Ranzan Materiais de Construção Ltda., pessoa jurídica inscrita no CNPJ n. 85262749/0001-60, onde obteve, para si, vantagem ilícita no valor de R\$ 2.010,75 (dois mil e dez reais e setenta e cinco centavos), representada por: a) 2 (duas) unidades de tinta esmalte Luks, 3,6 litros, alto brilho, preto, no valor de R\$91,19 (noventa e um reais e dezenove centavos) cada unidade, a totalizar R\$182,38 (cento e oitenta e dois reais e trinta e oito centavos); b) 2 (duas) unidades de solvente killing, 0,9 litros, Kiza, no valor de R\$9,90 (nove reais e noventa centavos) cada unidade, a totalizar R\$19,80 (dezenove reais e oitenta centavos); c) 4 (quatro) unidades de massa corrida para alvenaria, 18 litros, marca Lukscolor, no valor de R\$85,90 (oitenta e cinco reais e noventa centavos) cada unidade, a totalizar R\$343,60 (trezentos e quarenta e três reais e sessenta centavos); d) 2 (duas) unidades de tinta acr. Luks, 18 litros, fosco BCO, no valor de R\$ 354,90 (trezentos e cinquenta e quatro reais e noventa centavos) cada unidade, a totalizar R\$709,80 (setecentos e nove reais e oitenta centavos); e) 1 (uma) unidade de selador acr. Luks, 18 litros, BCO, no valor de R\$142,89 (cento e quarenta e dois reais e oitenta e nove centavos), a totalizar R\$142,89 (cento e quarenta e dois reais e oitenta e nove centavos); f) 2 (duas) unidades de textura graf Lukscolor, 14 litro base 'ab', no valor de R\$196,79 (cento e noventa e seis reais e setenta e nove centavos), a totalizar R\$ 393,58*

(trezentos e noventa e três reais e cinquenta e oito centavos); g) *três unidades de textura grafftex lisa, barrica de 25 quilos, no valor de R\$72,90 (setenta e dois reais e noventa centavos), a totalizar R\$218,70 (duzentos e dezoito reais e setenta centavos).*

*Para tanto, o denunciado Claudenilson Leria induziu em erro a vendedora do estabelecimento comercial Ranzan Materiais de Construção Ltda., tendo utilizado como artil a falsa história de que a vítima Gilberto Veraldo Schiavini teria autorizado a retirada de mercadoria pelo denunciado para utilizar na obra em curso na casa daquela, para então obter para si todos os produtos acima descritos.*

*Com isso, o denunciado Claudenilson Leria recebeu todos os produtos e tomou rumo ignorado, obtendo vantagem ilícita em prejuízo da vítima Gilberto Veraldo Schiavini. Posteriormente, a vítima Gilberto compareceu ao estabelecimento comercial, tomando conhecimento da falsa situação em que o acusado tomou para si os produtos e do golpe aplicado por ele."*

Irresignada, a Defesa interpôs apelação, tendo o Tribunal de origem negado provimento ao recurso, conforme a seguinte ementa (fls. 239-240):

**"APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO. ESTELIONATO (ART. 171, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL). SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSO DO RÉU. INSURGÊNCIA COM RELAÇÃO À DOSIMETRIA. PLEITO DE AFASTAMENTO DA VALORAÇÃO NEGATIVA DA CULPABILIDADE. NÃO ACOLHIMENTO. REPROVABILIDADE DA CONDUTA QUE DEMONSTRA MAIOR CULPABILIDADE. ACUSADO QUE ESPEROU O DONO DA OBRA SAIR DA CIDADE E SE APROVEITOU DA AUTORIZAÇÃO QUE ELE LHE DEU PARA REALIZAR COMPRAS EM SEU NOME. PREMEDITAÇÃO E ABUSO DE CONFIANÇA. PEDIDO DE AFASTAMENTO DA VALORAÇÃO NEGATIVA DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO DELITO. INCABÍVEL. AUXÍLIO DE TERCEIRO E DE VEÍCULO PARA SE EVADIR DO LOCAL, O QUE AJUDOU O DENUNCIADO A OBTER ÊXITO NA EMPREITADA CRIMINOSA. PLEITO DE ATENUAÇÃO DA PENA ANTE O COMPORTAMENTO DA VÍTIMA. NÃO CABIMENTO. VÍTIMA QUE CONFIOU NO ACUSADO E O AUTORIZOU A RETIRAR MERCADORIAS EM SEU NOME, APENAS PARA UTILIZAR NA FINALIZAÇÃO DA OBRA. BOA-FÉ QUE NÃO PODE SER UTILIZADA PARA RESPONSABILIZAR ALGUÉM. VÍTIMA QUE NÃO TEVE RELAÇÃO NO PROPÓSITO CRIMINOSO. PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITOS OU POR SURSIS. INVIABILIDADE. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS QUE SÃO DESFAVORÁVEIS. VEDAÇÃO À SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVAS DE DIREITOS (ART. 44, INC. III, DO CP). '[...] Nos moldes do art. 44, inciso III, do Código Penal, a possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade depende da**

*observância dos critérios previstos no art. 59 do mesmo diploma legal. Desse modo, não se justifica a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, ou a suspensão condicional da pena (CP, art. 77), quando demonstrado nos autos a existência de circunstâncias judiciais desfavoráveis ao réu, haja vista possuir maus antecedentes. (TJSC, Apelação Criminal n. 2008.073730-7, de Jaguaruna, rel. Des. Salete Silva Sommariva, j. 09-06-2009). RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO."*

Nas razões deste *habeas corpus*, a Impetrante alega, inicialmente, que o fundamento invocado pelo Magistrado sentenciante para exasperar a pena-base do Paciente é ilegal, por não se adequar ao conceito normativo das circunstâncias judiciais referentes à culpabilidade e às circunstâncias do delito.

Afirma que não é permitido por lei a valoração negativa das circunstâncias previstas no art. 59 do Código Penal com espeque em elementos inerentes ao próprio tipo penal violado, como fizeram as instâncias ordinárias.

Quanto à culpabilidade valorada negativamente, afirma que:

*"a 'premeditação' e o 'notável abuso de confiança', consubstanciados, respectivamente, no fato de o Paciente saber 'que a vítima não estava na cidade no dia do fato' e porque 'extrapolou a confiança que lhe foi outorgada na loja para retirada de mercadorias', não constituem argumentos jurídicos aptos a tornar a conduta do Paciente mais censurável e é absolutamente irrelevante para aferição da culpabilidade, não guardando relação com o conceito da circunstância judicial" (fl. 8).*

Já em relação às circunstâncias do crime, salienta que *"o fato de que o Paciente 'promoveu a retirada da mercadoria com o auxílio de um terceiro, valendo-se para tanto de um veículo gol, recusando a entrega da mercadoria pela loja, justamente para assegurar o êxito de seu intento criminoso' não torna o delito mais reprovável, não transborda os limites de censurabilidade propostos pelo tipo de estelionato" (fl. 10).*

Conclui, assim, ser imperioso o afastamento da valoração negativa das circunstâncias judiciais "culpabilidade" e "circunstâncias do crime", para o fim de adequar a pena-base.

De outra parte, sustenta ter o Paciente o direito à substituição da pena privativa de liberdade por sanções restritivas de direitos, pois foi condenado à pena inferior à 4 (quatro) anos, em regime aberto, por crime cometido sem violência e grave

ameaça, preenchendo, assim, os requisitos dispostos no art. 44 do Código Penal. Argumenta, ainda, que a valoração negativa de apenas duas circunstâncias judiciais não impede a substituição pleiteada (fl. 12).

Requer, ao final, a concessão da medida liminar, *"reconhecendo-se a ilegalidade do acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, para o fim de suspender os efeitos da condenação em relação ao excesso de pena ora impugnado, até o julgamento final do writ"* (fl. 14).

É o relatório.

Decido.

De início, cumpre salientar que se verifica dos pedidos da Impetrante que a medida liminar diz respeito apenas à insurgência quanto à majoração da pena-base, motivo pelo qual limitarei a analisar apenas dessa matéria.

No caso, como acima mencionado, o Magistrado sentenciante fixou as penas do Paciente em 1 (um) ano e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime inicial aberto, e pagamento de 14 (quatorze) dias-multa. Na ocasião, exasperou a pena-base com suporte nos seguintes fundamentos (fl. 155):

*"Quanto a culpabilidade, a reprovabilidade da conduta é acentuada, a medida que o acusado agiu de forma premeditada, especialmente porque sabia que a vítima não estava na cidade no dia do fato. O acusado agiu ainda com notável abuso de confiança, pois extrapolou a confiança que lhe foi outorgada na loja para retirada de mercadorias que precisassem ser utilizadas na obra. O abuso de confiança, no caso, não é inerente ao tipo penal, tampouco se insere na falsa história utilizada para a indução em erro, razão pela qual pode ser valorada nesta fase. Das circunstâncias destaca-se que o acusado promoveu a retirada da mercadoria com o auxílio de um terceiro, valendo-se para tanto de um veículo gol, recusando a entrega da mercadoria pela loja, justamente para assegurar o êxito de seu intento criminoso."*

Como se vê, o Magistrado sentenciante valorou negativamente as circunstâncias judiciais da culpabilidade do réu e das circunstâncias do crime, tendo em vista que o Paciente agiu de forma premeditada e com abuso de confiança, além de ter se utilizado do auxílio de terceiro para a retirada da mercadoria da loja, para assegurar o êxito do delito, fundamentos que, em princípio, não se mostram ínsitos ao tipo penal.

Por isso, ao menos em cognição sumária, os motivos declinados não se

mostram desarrazoados ou ilegais, motivo pelo qual o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente exame perfunctório.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações ao Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, a serem instruídas com o andamento atualizado do feito e com eventual chave processual necessária à consulta dos autos eletrônicos.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ  
Relatora

